

NOVAS TENDÊNCIAS NA REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS “HISTÓRICAS”: O CASO PORTO MARAVILHA

Leopoldo Guilherme Pio¹

RESUMO: O objetivo desse artigo é discutir de que maneira novas tendências ideológicas e culturais podem influenciar as políticas culturais que compõem o projeto Porto Maravilha. Em primeiro lugar, procurou-se mostrar a relação contemporânea entre cultura e espaço urbano, tendo em vista a noção de regeneração cultural. Em seguida, apresentamos alguns dos novos temas presentes no discurso do poder público, responsável pelo projeto Porto Maravilha – as “cidades criativas”, o planejamento estratégico da cidade e marketing das cidades. Em seguida, analiso a importância crescente do patrimônio e centros históricos, considerando não apenas seus papéis na recuperação da memória da cidade, mas também a inclusão de temas como criatividade e inovação no processo de modernização urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Ação cultural; memória urbana; patrimônio; revitalização urbana.

I - Introdução

O objetivo desse trabalho é discutir de que maneira novas tendências ideológicas e culturais podem influenciar as políticas culturais que compõem o projeto de revitalização urbana da Zona Portuária do Rio de Janeiro, denominado “Porto Maravilha”. A partir da análise no projeto de revitalização urbana e preservação histórica da Zona Portuária do Rio de Janeiro, pretende-se contribuir para a compreensão dos novos sentidos atribuídos às ações culturais na contemporaneidade. Partimos do pressuposto de que a cultura (entendida tanto como o conjunto de valores e estilos de vida de uma coletividade quanto às manifestações e expressões estéticas produzidas em determinado espaço social) e a memória urbana (representada pelos marcos histórico, monumentos e patrimônio urbano) têm sido utilizados como importantes dinamizadores econômicos e sociais nos projetos de revitalização das áreas urbanas centrais, particularmente nas zonas portuárias.

Diversos exemplos recentes de revitalização cultural de centros urbanos podem ser citados, tanto no exterior (*Convent Garden* em Londres, *South Seaport* em Nova York, *Puerto Madero* na Argentina) quanto no Brasil (São Luiz do Maranhão, Vitória, São Paulo, entre outros). Apesar das diferenças significativas entre tais projetos, pode-se perceber certos padrões de intervenção, especialmente no que diz respeito ao papel das atividades culturais na recuperação dos espaços públicos, no intuito de modernizar ou “reinventar” a imagem das

¹ Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ /PPCIS).

idades. Entre as ações culturais² mais comuns, destacam-se a valorização das tradições locais e da cultura popular, a instalação de museus e centros culturais monumentais, a preservação do patrimônio cultural e arquitetônico, o incentivo a eventos (conferências, festivais, mostras culturais) e o estímulo ao turismo de cunho cultural. Considerando que os bens e valores culturais são cada vez mais utilizados como instrumentos de desenvolvimento econômico e na revitalização urbana, pretendo analisar os significados e a importância das ações culturais presentes no projeto de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

O Projeto Porto Maravilha possui quatro frentes de atuação: o estímulo ao *uso habitacional*, a melhoria na *infraestrutura* (saneamento, malha viária, meio ambiente), *comércio e indústria* e *cultura e entretenimento*. Embora não se possa descartar a importância das três primeiras, é notável que as atividades culturais sejam vistas por políticos e pela opinião pública como aspecto central e determinante do sucesso da revitalização econômica e social de espaços urbanos “degradados”.

Na história da cidade do Rio de Janeiro, podemos constatar diversos projetos de intervenção urbana que modificaram significativamente a estrutura da cidade. Entre as reformas urbanas mais emblemáticas, podemos citar as obras empreendidas por D. João VI no início do século XIX (que incluiu obras de saneamento, a abertura de instituições culturais e educacionais como a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico, além do Passeio Público) e a reforma Pereira Passos, que no início do século XX, modificou o perfil do centro da cidade, com reforma do porto, a abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) e grandes marcos arquitetônicos, como o Teatro Municipal. A esses projetos, deve-se acrescentar a importância de planos como o Plano Urbanístico Básico (PUB-Rio) de 1976 e o Plano Diretor Decenal (1992), sem contar a relevância de projetos mais recentes como o Rio – Cidade e o Favela-Bairro.

Do ponto de vista da recuperação da história da cidade, destaca-se o Projeto Corredor Cultural, iniciado em fins dos anos 70 e que representou uma mudança do paradigma progressista/modernista para o modelo de preservação ou recuperação dos vínculos entre habitantes e memória urbana (Pio, 2001). Com base no urbanismo culturalista, o projeto valorizou quatro aspectos fundamentais aplicados à requalificação urbana: a *história*, a *memória*, a preservação, e a participação comunitária. Postulou também a ideia de que as

² Por “ação cultural”, compreendo os procedimentos envolvendo recursos materiais e humanos que visam materializar os objetivos de determinada política cultural. (Coelho 1999: 32).

edificações históricas podem e devem ser simultaneamente preservadas e reutilizadas segundo uma linguagem contemporânea, evitando-se o “preservacionismo purista”.

Entre as principais iniciativas do Porto Maravilha em sua primeira fase, destacam-se a revitalização da Praça Mauá e do Píer Mauá, a reurbanização do Morro da Conceição (com melhorias nas vias locais, rede elétrica e restauração de patrimônio histórico); a instalação de equipamentos culturais (Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio, entre outros), a recuperação de edificações de valor histórico. Tais iniciativas parecem reproduzir modelos internacionais de requalificação urbana³ que tem como característica a proposição das intervenções como processos de produção de “locais de sucesso” e a reorientação das cidades em direção à economia da cultura e, portanto, á proliferação de ações e experiências culturais. Assim o projeto Porto Maravilha se enquadra como tantos outros planos de revitalização influenciados pelo “contexto pós-industrial” (Balibrea, 2003), no paradigma que define o espaço urbano o âmbito privilegiado da cultura.

II – O “protagonismo da Cultura”

Na contemporaneidade, o interesse pela cultura da cidade e estilos de vida urbanos tem aumentado significativamente. A convergência entre espaço urbano e cultura, na qual a cidade torna-se “território fundamental da diversidade cultural” está presente na agenda política contemporânea, como comprova a clausula 10 da *Agenda 21 da cultura*, documento redigido em 2004 durante o Fórum Universal das Culturas, ocorrido em Barcelona:

A afirmação das culturas, assim como o conjunto das políticas que foram postas em prática para o seu reconhecimento e viabilidade, **constitui um fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, econômico, político e social**. O caráter central das políticas públicas de cultura é uma exigência das sociedades no mundo contemporâneo. A qualidade do desenvolvimento local requer a imbricamento entre as políticas culturais e as outras políticas públicas – sociais, econômicas, educativas, ambientais e urbanísticas (2004: 1, grifo meu).

³ O mais famoso exemplo desse tipo de projeto se refere ao chamado “modelo Barcelona”, que tem origem no processo de reestruturação e renovação da imagem da cidade a partir de 1986, por conta dos Jogos Olímpicos de 1992, dos quais foi sede. A revitalização da cidade se deu através do reforço da identidade cultural da cidade, da renovação de museus e da preservação de prédios históricos, bem como pela realocação do porto de Barcelona e da população que vivia na região central para a periferia da cidade (além evidentemente das melhorias na infraestrutura esportiva). O “modelo Barcelona” transformou a cidade em um dos principais destinos turísticos do mundo, tornando-se uma referência simbólica e urbanística que diversas cidades na América Latina ainda tentam copiar.

A proliferação de projetos de revitalização de centros históricos (vistos como geralmente como “núcleos culturais”), iniciativas como “Cidade Europeia da cultura” e a popularização das noções de “patrimônio mundial da humanidade”, “paisagem cultural”⁴ e “entorno dos bens patrimoniais” contribuíram diretamente para a intensificação dos processos de resgate e valorização das memórias urbanas, relativas tanto às identidades nacionais quanto locais. Nas metrópoles contemporâneas, a relação contemporânea entre cultura e memória urbana é evidente em iniciativas tão diversas como a promoção de culturas locais e patrimônio nacional vinculados ao turismo cultural, a estetização da memória empreendida pelos novos museus ou centros culturais, o *enobrecimento* de áreas urbanas antigas, convertidas em paisagens produzidas para o consumo visual, ou na inclusão da arquitetura urbana (especialmente grandes equipamentos culturais) no repertório estratégico das políticas culturais (Arantes, 2000, Huyssen 2000).

Segundo Broudehoux (2011), a “regeneração cultural das cidades” se apoia em quatro ações: a busca ativa de status oficial atribuídos pelos organismos internacionais (como a UNESCO), a valorização do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico urbano (especialmente em centros históricos) e das áreas portuárias abandonadas, a construção de infra-estruturas culturais e megaprojetos arquitetônicos e a promoção da cidade como anfitriã uma série de eventos culturais ou festivais. Nesse sentido, as políticas da prefeitura do Rio de Janeiro em geral, e as propostas do Porto Maravilha em particular se adequam perfeitamente ao modelo proposto por Broudehoux: a cidade obteve o título de Cidade Patrimônio da humanidade, delegado pela UNESCO e que permite a valorização da cidade interna e externamente, bem como a intensificação de um civismo em relação à cultura da cidade; a valorização e/ou criação de novos patrimônios e práticas culturais na zona portuária, que contribuem para a requalificação da área como “vetor de crescimento econômico” e simultaneamente, “coração cultural” da cidade; a construção do Museu de Arte do Rio e, especialmente, o Museu do Amanhã, que segue a fim de aprimorar a marca e o prestígio da cidade e de renovar sua oferta turística; por fim, a cidade será sede de diversos eventos

⁴ O termo se refere à Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) e nas orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO e engloba *monumentos* (Obras arquitetônicas, estruturas de caráter arqueológico ou outros elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência) os *conjuntos* (Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração com valor histórico, artístico ou científico) e os *locais de interesse* (obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico).

esportivos e culturais, que podem ser utilizados para colocar em cena talentos culturais locais e internacionais de diversas áreas “criativas” (música, cinema, literatura, artes visuais, gastronomia, além de grupos tradicionais e dos ritos próprios a certas comunidades locais).

Para que a cidade se adapte aos desafios acima apresentados (que articulam a dinamização da economia e o reforço ou transformação das identidades urbanas), são necessárias campanhas publicitárias, a promoção de áreas comerciais, o incremento das infra-estruturas de acessibilidade e comunicações, bem como a reserva de áreas para implantação de novos negócios. Pode-se compreender, dessa forma, a relação de encantamento criada nas últimas décadas em relação ao às áreas centrais e em especial as zonas portuárias. Segundo Vicente del Rio:

com o fenômeno mundial de revalorização das áreas de frente de água, as alterações nas relações entre o indivíduo e o seu tempo de lazer, o crescimento do turismo cultural e temático, e a tendência à construção de fragmentos qualificados de cidade, destacaram as áreas portuárias por suas potencialidades paisagísticas, lúdicas, logísticas e imobiliárias (...). O turismo recreativo, cultural, de compras e de negócios, tem se mostrado importante dinamizador econômico e social nos projetos de revitalização das áreas centrais, particularmente nas áreas portuárias e frentes de água, onde a simbiose histórica entre cidade e mar pode ser amplamente explorada e transformada num efetivo cenário. (DelRio, 2002: 3)

Nesse sentido, a reforma de zonas portuárias se adequa à política atual de requalificação das cidades através do estímulo a ações e práticas culturais.

A intervenção urbana em curso atualmente no Rio de Janeiro pode ser vista como mais um ato de reinvenção da identidade da cidade. A zona portuária possui um papel fundamental neste processo, como demonstra o slogan do Projeto – “Porto Maravilha - Uma nova cidade está nascendo”. Nesse sentido, o “Porto Maravilha” traz novos temas e questões ao entendimento da história das intervenções urbanas já ocorridas na cidade. Em primeiro lugar, é notável a centralidade atribuída a “cultura”, (estilos de vida locais, patrimônio, cultura popular) na renovação do papel da cidade, tendência que pode ser vista em diversos projetos internacionais. Em segundo lugar, embora as parcerias entre poder público e iniciativa privada e entre poder local e consultorias internacionais não sejam novidade nesse tipo de intervenção, no caso pesquisado tais relações parecem ser mais intensas e significativas do que nos casos anteriores, determinando inclusive o tipo de cidade que se quer construir. Por fim, cabe lembrar que desde os anos 60 o Rio de Janeiro tenta recuperar a sua capitalidade, perdida com a inauguração de Brasília, o que torna o projeto atual de sua modernização um instrumento inédito de resgate do capital cultural e político da cidade.

II – Cidades criativas

Com a expansão da globalização cultural e da sociedade de consumo, tornou-se comum a utilização do termo “indústrias criativas” ou “economia da cultura” para designar o papel central da cultura e da comunicação na produção de valor econômico.⁵ Tais categorias indicam que o trabalho estético, artístico e cultural passa a ser incorporado ao sistema produtivo de maneira singular (Reis 2006), na medida em que valoriza-se cada vez mais as qualidades culturais ou “semióticas” dos bens e serviços.

Deste paradigma, surge a concepção de “cidades criativas” que designa um “território capaz de transformar continuamente sua estrutura econômica, com base na criatividade de seus habitantes e aliança entre suas singularidades culturais e suas vocações econômicas” (Reis 2006, p. 18). O termo se refere a cidades capazes de potencializar seus atributos com base na cultura e na identidade cultural e de atrair empreendedores, investimentos e turistas “qualificados” por conta de sua “efervescência criativa”.

É sintomático que o discurso dos políticos cariocas tem se caracterizado cada vez mais por temas vinculados à criatividade, à diversidade cultural e à qualidade de vida, ou seja: a necessidade de aliar as “vocações econômicas” às singularidades históricas e culturais da cidade, estimulando o desenvolvimento tecnológico e os investimentos em “profissões criativas” - cientistas, jornalistas, profissionais de informática, designers entre outros – por um lado e a valorizando o patrimônio local e o turismo cultural por outro. Não é por outra razão que em 2010, o Rio de Janeiro tenha participado da oitava edição do Fórum Mundial de Criatividade realizado em Oklahoma, Estados Unidos. A cidade se tornou o primeiro membro da América Latina da rede *Districts of Creativity* (DC), organizadora do evento. O prefeito Eduardo Paes representou a cidade, junto ao subsecretário municipal de Patrimônio cultural, Intervenção urbana, Arquitetura e Design, Washington Fajardo (atual secretário especial Rio Patrimônio Mundial). Durante o evento, o Rio apresentou sua candidatura para se tornar sede da nona edição e, significativamente, o prefeito defendeu a candidatura apresentando o projeto do Porto Maravilha. Assim, os representantes políticos da cidade sinalizam que o Rio de Janeiro dispõe de um mercado de bens culturais que depende diretamente tanto da história e da cultura da cidade quanto de grandes projetos de renovação urbana.

⁵ A classificação de indústrias criativas proposta pela UNESCO se divide em quatro categorias: patrimônio cultural, artes, mídia e criações funcionais. Neste trabalho, partimos da idéia de que a economia da cultura se refere a um modelo econômico, enquanto a indústria criativa se remete aos setores industriais que caracterizam a economia cultural.

Cabe, nesse sentido, ressaltar o papel do planejamento estratégico na estruturação dessa imagem urbana, que propõe posicionar a cidade “como, de fato, a Cidade Maravilhosa: a melhor cidade do Hemisfério Sul para se viver, Trabalhar e conhecer”, e promover “hábitos e costumes mais saudáveis para uma população integrada à educação e cultura”. No campo econômico, o plano estratégico da Cidade (2013-2016) almeja, entre outros objetivos se tornarem “Referência mundial em serviços e tecnologia para a Indústria de Energia e o maior polo turístico do Hemisfério Sul” e “A capital líder no desenvolvimento da Indústria Criativa no País, com foco em Design, Moda, Artes Cênicas e Audiovisuais.” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013, p. 8-9).

Esse novo status almejado pela cidade, é constantemente vinculado ao que denomino “Discurso do DNA urbano”, isto é, a ideia de que as cidades possuem uma “essência” natural que lhe atribui uma personalidade fixa, absoluta e imutável. A identidade do Rio é caracterizada pelo “espírito” ou “vocação” dos lugares emblemáticos, fazendo com que a relação entre memória, passado, presente e futuro seja naturalizada. Essa continuidade é patente na fala do prefeito do Rio, Eduardo Paes, ao definir o papel do Museu do Amanhã, pois sua construção é a “âncora forte” que simboliza a revitalização da Zona Portuária: “Este é um projeto futurista, que constrói o amanhã ao mesmo tempo em que resgata nosso passado. Estamos trazendo de volta a região onde a cidade começou por intermédio da cultura e do conhecimento”.⁶ Portanto, é nesse tipo de narrativa que a história e a cultura da cidade são vistas como fontes de criatividade e instrumentos que permitem a inclusão de temas como “inovação” e “criatividade” no repertório das políticas culturais e urbanas locais. O uso de tais metáforas, aliado ao uso da cultura como modo de legitimar o Projeto, contribui diretamente para a construção de um consenso fabricado que omite as contradições e a discordância de parcelas significativas dos habitantes e especialistas. Não é por outra razão que tal discurso se torna dominante na fala de curadores e políticos, bem como nos ritos de passagem e iniciação que muitas vezes caracterizam os mega-eventos culturais ou esportivos, a reinauguração de equipamentos culturais e exposições e a legitimação de “novas áreas históricas”, como se pode perceber na apresentação do projeto:

Uma Zona Portuária diferente. Um Rio de Janeiro diferente. Esta será a nova realidade existente ao final do Projeto Porto Maravilha. A transformação de um espaço abandonado e degradado em um cenário condizente com a beleza e a

⁶ Comentário feito durante o evento que consagrou o convênio entre os poderes federal, estadual e municipal, que viabiliza o Porto Maravilha.

importância mundial da cidade do Rio. (...) Importante porta de entrada da cidade, o Porto do Rio passa agora de elemento coadjuvante no visual bonito da Baía de Guanabara para parte principal deste processo de construção de uma nova imagem do Rio. O projeto volta a integrar o porto à cidade, ficando em pé de igualdade com os principais centros urbanos do mundo que também revitalizaram suas zonas portuárias, como Barcelona e Buenos Aires. (...) as mudanças resultantes do Porto Maravilha serão vistas em diversos níveis. Arte, economia, geração de emprego e cultura sendo incrementados.⁷

Assim, a vocação natural da cidade é simplesmente posta em evidência. Por outro lado, a valorização e ressignificação da área portuária dependem de uma nova perspectiva que sustenta que a cultura é capaz de determinar o crescimento econômico e o equilíbrio social. Isto implica em estratégias específicas de intervenção e gestão do espaço urbano que incluem, necessariamente, a elaboração de imagens culturais e a valorização do patrimônio cultural. Trata-se evidentemente de uma imagem positiva e conveniente da cultura, como se esta pudesse resolver problemas sociais e econômicos que caracterizam a história recente da cidade.

III – Cultura da Memória e do Patrimônio

Analisando o Projeto Porto Maravilha é possível perceber propostas que sinalizam intervenção e gestão do espaço urbano que tendem a enfatizar o desenvolvimento de atividades de cultura e lazer. O texto fundamental do projeto (“Estudo de Impacto na Vizinhança - Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio”) foi elaborado pela *Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro CDURP*, autarquia criada para gerenciar a operação e pelo Instituto Pereira Passos. Em sua introdução o documento indica qual é o intuito das intervenções:

“[...]transformar a região da zona portuária numa área dinâmica que seja uma nova referência de planejamento urbano para a cidade. Pretende-se seguir o exemplo de cidades ao redor do mundo como Buenos Aires, Nova Iorque, Baltimore e Roterdã, entre outras, que ao recuperarem suas áreas portuárias degradadas, dinamizaram suas economias e ganharam mais um ponto de interesse turístico” (CDURP/IPP, 2010: 17)⁸.

⁷ <http://www.portomaravilhario.com.br/noticias/2010/06/01/regiao-vai-se-igualar-aos-grandes-portos-do-mundo/>

⁸ O texto em questão não se caracteriza como “projeto” ou “plano”, uma vez que não desenvolve conceitos ou métodos de intervenção e gestão urbana. Trata-se, na realidade, de um estudo técnico que inclui informações gerais do empreendedor, justificativa e descrição do empreendimento, aspectos legais pertinentes, diagnóstico e prognóstico ambiental da área de influência e da área de intervenção, e análise e avaliação dos impactos ambientais.

A dimensão cultural é vista no projeto como aspecto central e determinante do sucesso da revitalização dos espaços urbanos em questão. Tal processo se notabiliza tanto pela ênfase no caráter didático da “cultura como dado histórico” como no uso da cultura como entretenimento e na apropriação cultural como estratégia de fortalecimento do valor econômico:

é possível realizar uma das mais importantes distinções que se pode fazer com relação ao Patrimônio Cultural, pois sendo ele diferente das outras modalidades da cultura restritas apenas ao mercado cultural, apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando exponencialmente o potencial de investimentos (IPP, 2010: 350).

Esse tipo de discurso sugere a idéia de que cultura e patrimônio tornam-se *modos de comunicar a cidade*, no sentido de valorizar a imagem urbana aos possíveis interessados (habitantes, turistas, investidores, empreendedores), produzindo mensagens sobre os encantos da vida local. Simultaneamente, a cultura passa a designar especialmente as *atividades culturais* - não só aquelas que possibilitam a crítica cultural ou o resgate de fatos significativos de determinada sociedade, mas principalmente aquelas que se legitimam pela sua rentabilidade. E estas atividades são rentáveis exatamente porque funcionam como ornamentos pessoais, modos de afirmação social, formas de entretenimento, ou fontes de atualização e/ou informação – e que provocam em última análise algum tipo de “gratificação psíquica”, distinção sócio-econômica ou, simplesmente, ocupação lúdica. (Costa 1998)

É este contexto que justifica o uso de um planejamento estratégico, que evoque um sentimento de “civismo” em relação à cidade (Sanchez 2001a), traduzido por meio de um marketing que visa vender a cidade interna e externamente. Assim, deve-se destacar a importância do discurso legitimador de tais reformas, dependente tanto das consultorias internacionais como de estratégias de promoção e comunicação cultural. Segundo Fernanda Sanchez, há um complexo intercâmbio entre a reestruturação material de lugares e a construção de identidades através da elaboração de símbolos e metáforas sobre a cidade. (Sanchez 2001a: 35) Através dessa relação, consolida-se um campo de disputa pela legitimidade e hegemonia a respeito da cidade e seu destino. Nesse sentido, os megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, ou a revitalização de áreas urbanas antigas constituem momentos privilegiados para detectar a renegociação de identidades e projetos para a cidade em questão.

Nessa trama cultural, patrimônios, museus e coleções não são frequentemente idealizados, ou melhor, elaborados de forma harmônica ou consensual. Na verdade, a patrimonialização é definida dentro das rupturas e disputas simbólicas, perceptíveis tanto na sua elaboração (formal ou não) como na contestação de representações de memórias específicas. Mas, como veremos mais adiante, é comum que as políticas oficiais mascarem essa natureza conflituosa que caracteriza a elaboração e seleção dos bens patrimoniais.

Com o surgimento da idéia patrimonial a partir de fins dos anos 60, são resgatadas as políticas urbanas de valorização dos conjuntos arquitetônicos urbanos de valor histórico em detrimento dos monumentos isolados. A partir dos anos 80, consolidam-se as idéias de reabilitação e de requalificação das áreas históricas ou tradicionais, em detrimento da planificação de novos espaços. Ao mesmo tempo, a falência do urbanismo moderno se expressa nos discursos a respeito da “crise do espaço público” e dos problemas ambientais e patrimoniais. Entre as características desse “novo” urbanismo, destaca-se a noção de que os “centros históricos” devem ser vistos como espaços privilegiados tanto para a produção de imagens singulares e renovadas das cidades quanto da patrimonialização. A consciência patrimonial que subjaz à expressão “centro histórico” revela que os núcleos urbanos antigos são um reflexo do nosso presente e do nosso futuro mais do que do nosso passado. Nesse sentido, o patrimônio e os centros históricos são não apenas recursos na produção de singularidade e continuidade, mas a construção da imagem de marca das cidades que significaria em última análise a transformação da tradição em “capital de inovação” (Peixoto, 2003).

Nesse sentido, o Patrimônio e os discursos a seu respeito desempenham um papel na modernização da cidade e inclusão de temas como criatividade, sustentabilidade e inovação na agenda das políticas urbanas e culturais. Essa perspectiva fica clara na argumentação de Washington Fajardo, ao ressaltar os vínculos entre economia criativa e memória urbana. Em uma apresentação chamada “Onde tudo começa: a criatividade na base da revitalização urbana” defende que “o patrimônio cultural é área estratégica para a inovação e a criatividade” e que “promover o retorno ao centro”, ou seja, recuperar o uso habitacional, intensificar os usos culturais e econômicos do centro da cidade é um pré-requisito fundamental para identificação do Rio de Janeiro como cidade criativa (Fajardo, 2011). Assim, as zonas portuárias, geralmente símbolos da degradação dos centros urbanos, passam a ser um recurso necessário à implementação do turismo recreativo e cultural frequentemente transformadas em cenários privilegiados por unirem mar (natureza) e cidade.

Por meio da “Revitalização Cultural”, o poder local propõe a reinvenção da zona portuária do Rio de Janeiro como protótipo da vida urbana, da criatividade, da convivência e da diversidade social e cultural. Reinventado como “área histórica”, “coração cultural da cidade” e marco zero de uma nova cidade que está (re) nascendo, a Zona portuária se torna mediadora entre passado e presente, centro e periferia, patrimônio material e imaterial⁹, museificação e renovação. Na verdade, o próprio termo “revitalizar” (ao contrário de outros termos como “requalificar” ou “regenerar”), sinaliza a crença em certo “poder sobrenatural” de áreas históricas e do patrimônio.

Esta questão se estende ao patrimônio cultural, visto não apenas como um valor a ser apropriado, mas principalmente como instrumento utilizado no fortalecimento da imagem urbana. Neste processo, surge uma diversidade de “discursos de memória”, capazes de justificar e dar coerência às ações preservacionistas (ou revitalizadoras) típicas da historicidade que vivemos.

IV – Considerações Finais

O discurso do projeto Porto Maravilha reflete demandas e prerrogativas atribuídas à cultura e à cidade na contemporaneidade. A revitalização é vista, nesse discurso, como estratégia de desenvolvimento urbano e forma de estimular tanto o progresso social quanto a diversidade cultural. Essa diversidade é a base da dinâmica desses espaços e é vista como o ingrediente que valoriza o poder informador do patrimônio e dos centros históricos e a fruição estética – o que leva à visão do patrimônio como “marca das cidades” ou “instrumento de participação cívica”. O histórico anterior de área estigmatizada é apagado, para dar lugar à Zona Portuária que é o “Coração cultural do Rio”. No mesmo tom, afirma-se também que “A instalação do Museu do Amanhã no Píer Mauá confere força e charme ao projeto de revitalização do Porto e promete se transformar num marco arquitetônico do Rio”.

A partir do estudo preliminar apresentado, pode-se afirmar que os valores e bens culturais tem papel significativo na legitimação e orientação dos projetos de revitalização da zona portuária, bem como na reelaboração da imagem da cidade do Rio de Janeiro. Embora

⁹ A UNESCO define como Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. No caso brasileiro, o conceito foi absorvido a partir do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que elaborou quatro livros de registros: dos “saberes”, das “celebrações”, das “formas de expressão” e dos “lugares”. Esses últimos são definidos como “espaços onde ocorrem práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, que constituem referência para a população” (<http://portal.iphan.gov.br>).

seja prematuro afirmar que o projeto Porto Maravilha reproduza literalmente o modelo das cidades criativas, é possível perceber um processo de seleção de certos elementos deste modelo, atrelado à proposta pioneira da reforma de Barcelona, adaptados evidentemente às questões e desafios locais, como por exemplo a violência urbana, e a organização da população local e de certos setores da academia (arquitetos, urbanistas, sociólogos, museólogos entre outros) contra o projeto. Resta, portanto, mapear de forma mais refinada as estratégias culturais e políticas de “requalificação” da cidade. A análise desses processos permitirá a compreensão mais refinada dos usos da memória e do patrimônio urbano na requalificação da cidade e na adaptação desta às demandas sociais contemporâneas.

Referências bibliográficas

UNESCO (2004), *Agenda 21 da Cultura - Um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural*. Barcelona, 2004.

Arantes, Otilia (2000), “Uma Estratégia Fatal: A cultura nas novas gestões urbanas”. Otilia Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato, *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 11-74.

Balibrea, Mari Paz (2003), “Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67, Dezembro, 31-54.

Broudehoux, Anne-Marie. « La régénération par la culture, les grands projets culturels et la spectacularisation du paysage urbain à l'ère du néolibéralisme mondial . Université du Québec à Montréal.

Carta de Lisboa sobre reabilitação urbana integrada (1995). 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, Lisboa.

Costa, Pedro (1998). “A Fileira das Atividades Culturais e a Economia Urbana”. Comunicação apresentada ao 1.º Congresso Português de Sociologia Econômica, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4, 5 e 6 de Março de 1998.

Del Rio, Vicente (2001), “Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos”. *Arquitextos*, São Paulo, 02.015, *Vitruvius*, ago 2001 disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/859>. Acesso em: 10 de outubro de 2010.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio (1993), *Olhar Periférico*. São Paulo, EDUSP, 1993.

Fajardo, Washington (2011), “Onde tudo começa: a criatividade na base da revitalização urbana”. Página consultada a 16.03.2011, em <http://www.iniciativacultural.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1-fgv.pdf>.

Hartog, François (2006), “Tempo e patrimônio”. *Varia hist.*, Dezembro, 36 [22]:261-273.

Huysen, Andreas (2004), *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. Rio de Janeiro.

CDURP/Instituto Pereira Passos (2010), *Estudo de impacto de vizinhança - Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio*. Página consultada a 14.01.2011, em <http://www.portomaravilha.com.br/eiv/>

Peixoto, Paulo (2003), “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades”. *Paper* apresentado no colóquio *A cidade entre projectos e políticas*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 30 de Junho de 2003.

Pio, Leopoldo Guilherme (2001). *Cidade como patrimônio: Revitalização e preservação no centro histórico do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

Prefeitura do Rio de Janeiro (2013). “Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2013-2016) – uma cidade mais integrada e competitiva”.

Reis, Ana Carla Fonseca (2006), *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Manole.

Sanchez, Fernanda (2001a), “A reinvenção das cidades na virada de século: Agentes, estratégias e escalas de ação política”, *Revista de sociologia política*, Curitiba, 16, 31-49.

_____ (2001b), “A (in)sustentabilidade das cidades vitrines”, in Henri Acselrad (org.), *A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 155-175.